

...continuação

28. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aquisição de participações a pagar	-	10.975	-	11.427
Aluguéis	8	1	358	158
Acordo comercial	-	-	-	1.099
Adiantamento de Clientes	-	-	12.702	6.357
Outras contas a Pagar	8.756	228	7.670	723
	8.763	11.205	20.731	19.764
Circulante	6.006	6.728	16.092	14.835
Não circulante	2.757	4.477	4.639	4.929
	8.763	11.205	20.731	19.764

19. Provisão para contingências:

O Grupo é parte em processos administrativos e judiciais de naturezas cível, tributária e trabalhista decorrentes do curso natural das suas operações. Com base nas informações e avaliação dos seus assessores jurídicos, a Administração mensura e reconhece, quando aplicável, provisões para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis. Para os exercícios de 2024 e 2023 não foram atribuídos pelos consultores jurídicos do Grupo riscos prováveis de perda para os processos em curso.

20. Patrimônio Líquido

20.1.Capital social

	% Partici-pação	Ações ordinárias	Capital Social	Ações ordinárias	Capital Social
Adilson	50%				
Magri		8.815.054	10.118	8.815.054	10.118
Ricardo	50%				
Gonçalves		8.815.054	10.118	8.815.054	10.118
	100%	17.630.108	20.237	17.630.108	20.237

i. Ações ordinárias:

Os detentores das ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

20.2. Reserva legal:

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao cenário de prejuízo no exercício a Companhia não constituiu

21. Receita líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de vendas		
Revenda de produtos	314.648	358.965
Venda de Produto - Mercado Interno	37.308	23.763
Receita locação de equipamentos	692	1.666
Prestação de serviços	2.250	7.776
Deduções de vendas		
Devoluções de vendas	(34.274)	(17.381)
Impostos sobre vendas	(33.027)	(36.446)
Receita líquida	287.597	338.342

22. Custo das mercadorias vendidas:

O quadro a seguir demonstra a composição do custo das mercadorias vendidas:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercadorias	(164.206)	(178.090)
Custo - faturamento pendente (i)	(4.942)	(3.812)
Produtos	(7.369)	(9.957)
Gastos gerais de fabricação	-	-
	(176.517)	(191.859)

23. Despesas de vendas

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas com pessoal	(18.339)	(31.911)
Despesas com comissão	(10.708)	(10.556)
Armazenagem	(3.200)	(4.154)
Frete e carretos	(7.554)	(10.975)
Depreciações (i)	-	(3.965)
Despesa com viagem	(2.428)	(4.110)
Despesa com veículos	(2.664)	(3.164)
Outras despesas	(6.125)	(5.650)
	(51.020)	(74.485)

(i) Depreciação referente a equipamentos cedidos em comodato para proporcionar a venda de materiais e insumos.

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com pessoal	(461)	(130)	(9.902)	(10.734)
Locação de equipamentos	(14)	(3)	(4.399)	(5.664)
Locação de imóvel	(7)	(16)	(1.439)	(1.597)
Despesas com veículos	(27)	-	(646)	(593)
Impostos e taxas	(17)	(2)	(2.666)	(4.188)
Manutenção geral	-	(2)	(1.192)	(2.447)
Serviços de terceiros	(1.439)	(1.015)	(7.439)	(5.750)
Despesa com informática	(93)	(88)	(3.722)	(3.163)
Despesa com consumo	(17)	(55)	(1.253)	(2.978)
Despesas com viagens	(43)	(1)	(1.133)	(1.185)
Perda de estoque	-	-	(6.495)	(4.697)
Despesa com importação	-	-	(5)	(487)
Depreciações	(23)	(23)	(5)	(631)
Outras despesas	(8)	(14)	(3.266)	(1.484)
	(2.149)	(1.347)	(43.561)	(45.585)

Contadora: Debora Cristina Mendes - CRC: 1SP325032/O-6

25. Resultado Financeiro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras	-	-	-	-
Juros ativos	-	161	151	467
Rendimento de aplicação financeira	31	170	25	195
Variação cambial ativa	-	-	172	749
Descontos obtidos	-	-	149	13
	31	331	497	1.423
Despesas financeiras	(16.176)	(18.889)	(32.873)	(36.494)
Juros passivos	(1.127)	(1.227)	(5.044)	(3.709)
Despesas bancárias	-	-	(316)	(764)
Variação cambial passiva	-	-	(364)	(357)
Descontos concedidos	(17.303)	(20.116)	(38.597)	(41.325)
	(17.272)	(19.785)	(38.100)	(39.902)

26. Eventos Subsequentes:

26.1. Mudança do regime de tributação do Lucro Presumido para o Lucro Real: No início do exercício de 2024, o Grupo mudou seu regime de tributação, passando do Lucro Presumido para o Lucro Real. Esta mudança foi necessária para uma maior precisão na apuração dos resultados tributários. A decisão de alterar o regime de tributação foi baseada em uma análise detalhada dos impactos financeiros, operacionais e estratégicos, alinhando o Grupo às melhores práticas de mercado. A transição entre os regimes foi realizada em conformidade com a legislação tributária vigente e considerou todos os impactos nos demonstrativos financeiros e cumprimento das obrigações acessórias. A MLA Suprimento Médicos S/A foi a única exceção, mantendo o regime de tributação presumido até 2024, após teve o seu regime alterado para o regime de tributação do lucro real. 26.2. Concessão de Waiver perante Debenturistas: Em relação a Debêntures, em setembro de 2024 tivemos uma assembleia onde foram aprovados os principais itens: i) uma carência do principal por um prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de pagamento de setembro de 2024 (inclusive); ii) aprovação do prolongamento da dívida até 20 de agosto de 2028; iii) aprovação de anuência prévia para que a Liquidez Mínima passe a ser 70% a partir de janeiro de 2025; iv) alteração do Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA); (v) aumento da garantia de cessão de créditos de 30% para 35%.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da SUPRIMED PARTICIPAÇÕES S.A. - São José dos Campos - SP

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Suprimed Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Suprimed Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalvas: Conforme descrito na nota explicativa nº 13, às demonstrações financeiras, o prospecto de debêntures mantidas pela Companhia, contém cláusulas contratuais ("covenants") a serem cumpridas mediante a manutenção de determinados índices financeiros como condição para manutenção das datas originais de vencimento destas obrigações. Em 20 de setembro de 2024 a Companhia obteve o waiver do agente fiduciário, fato este que permitiu um alongamento do prazo de amortização de sua dívida principal para 20 de agosto de 2028. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas o montante da dívida foi classificada: i) no Passivo Circulante o montante de R\$ 12.832 MM e ii) no Passivo Não Circulante o montante de R\$ 56.461 MM em 31 de dezembro de 2024. Conforme nota explicativa nº 11, às demonstrações financeiras, os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 apresentam na rubrica de imobilizado os montantes de R\$ 1.458 MM e R\$ 58.620 MM, respectivamente, e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 51 k e R\$ 27.791 MM, respectivamente. A Companhia efetuou a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, porém não realizou análise comparativa com a vida útil atualmente utilizada para avaliar e reconhecer eventuais ajustes. De acordo com a Seção 17 - Ativo Imobilizado do CPC PME (R1), a Companhia deve revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados. Conforme nota explicativa nº 6 às demonstrações fi-

nanceiras, os balanços patrimoniais, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 apresenta na rubrica créditos de ICMS sobre estoques consignado o montante de R\$ 6.306 MM provenientes de suas operações normais, representando 43% do montante declarado na rubrica impostos totais a recuperar de R\$ 14.776 MM no balanço patrimonial. A Administração da Companhia garantiu que todos esses créditos são passíveis de recuperação no retorno ao estoque dos produtos que estão em consignação e/ou na efetivação das vendas aos seus clientes. Conforme a nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, os balanços patrimoniais, individuais e consolidadas, que registra que a Companhia apresentou prejuízos de R\$ 18.415 MM em 2024 e R\$ 28.950 MM em 2023, representando uma redução significativa de 36%. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos, nem à mensuração e classificação dos passivos, que seriam necessários caso a Companhia não pudesse continuar suas operações.

Outros Assuntos - Exercício anterior auditado por outros auditores: As demonstrações financeiras da Suprimed Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas p ara fins comparativos, foram auditadas por outra empresa de auditoria, cujo relatório foi emitido em 15 de julho de 2024, com ressalvas.

Combinação de Negócios: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia adquiriu 33,32% da participação dos negócios da NAR Suprimentos Médicos Ltda, pertencente a outro sócio, passando assim a deter 100% do controle acionário da empresa. Os valores transacionado nesta operação foram de R\$ 3.000 MM, sendo R\$ 1.200 MM amortizados em 2024 e o saldo de R\$ 1.800 MM a serem amortizados em 24 parcelas fixas de R\$ 75K cada, a partir de janeiro de 2025. O tratamento contábil não está de acordo com a Seção 19 do Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill)", que requer que uma transação dessa natureza seja contabilizada pelo "Método de Aquisição", onde os ativos e os passivos adquiridos são mensurados pelos seus respectivos valores justos e, a diferença entre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos e o preço de venda, contabilizado como ágio por rentabilidade futura. Considerando que a Companhia não elaborou a análise dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, não foi possível determinar os efeitos desses assuntos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Base para opinião sobre a posição patrimonial e financeira: Nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão em linha com

os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para plane-

jarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Das temas comunicados à administração, identificamos aqueles considerados mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, classificando-os como os principais assuntos de auditoria. Esses temas são descritos em nosso relatório de auditoria, exceto nos casos em que a legislação ou regulamentação proíba sua divulgação pública. Além disso, em circunstâncias extremamente raras, podemos optar por não incluí-los no relatório, caso os possíveis impactos negativos da comunicação, dentro de uma perspectiva razoável, superem os benefícios para o interesse público."

Baueri - SP, 19 de maio de 2025

L.C. MONACCI LTDA - CNPJ 01.379.088/0001-67

LUIS CARLOS MONACCI - CRC 25019294/O-3

CAMILA SILVA DE JESUS - CONTADORA CRC 1SP319738/O-2

